

6. Resultados

6.1. Número ideal de filhos

A tabela 8 apresenta os resultados da estimação da equação 1. A primeira linha contém a estimativa do efeito médio da lei do concubinato sobre o número de filhos desejados pelas concubinas. Nas primeiras 4 colunas o grupo de tratamento são todas as mulheres com mais de 5 anos de união ou que possuam um filho dessa relação. O grupo de comparação é formado por mulheres casadas com as mesmas características de elegibilidade.

Tabela 8

Estimativas de diferenças em diferenças para o número ideal de filhos reportado pelas mulheres
Mínimos Quadrados Ordinários

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
y: (dAno* dTrat)	0.263 (0.121)	0.269* (0.083)	0.297* (0.067)	0.332** (0.041)	0.156 (0.399)	0.079 (0.699)	0.281 (0.232)	0.476** (0.039)
<i>Outras dummies</i>								
q: Concubinas (dTrat)	-0.807*** (0.000)	-0.844*** (0.000)	-0.645*** (0.000)	-0.665*** (0.000)	-0.387** (0.012)	-0.278 (0.107)	-0.775*** (0.000)	-0.860*** (0.000)
g: Ano (dAno)	-0.466*** (0.000)	-0.175** (0.038)	-0.248*** (0.003)	-0.239*** (0.004)	-0.287*** (0.005)	-0.252*** (0.008)	-0.515*** (0.000)	-0.251** (0.016)
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Observações	4835	3385	3370	3322	855	750	3875	2486
R2 ajustado	0.035	0.044	0.084	0.092	0.043	0.098	0.032	0.076

Nota 1: Cada coluna representa uma estimação por mínimos quadrados ordinários da equação 1 considerando diferentes grupos de tratamento e controle.

$$y_{it} = \alpha + \gamma * dAno_{it} + \theta * dTrat_{it} + \psi * dAno_{it} * dTrat_{it} + \beta * X_{it} + \varepsilon_{it}$$

Nota 2: P-valores robustos para correlação dos resíduos entre clusters do desenho da pesquisa entre parênteses.

Nota 3: Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos, a mulher deseja ter mais filhos que o marido. Controles sócio econômicos: Possui rádio, Possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, anos de união, idade e idade ao quadrado. Controles de fecundidade: Filhos vivos, partos nos últimos 5 anos, conhece métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, está grávida durante a pesquisa. Controles de mercado de trabalho: trabalha ou não, trabalha dentro ou fora de casa. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, Presença de outro homem, presença de outra mulher, presença de crianças durante a entrevista.

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1991 e 1996

O resultado da primeira regressão (coluna 1), não condicionada, equivale a um simples exercício de subtração da diferença das médias do grupo de tratamento e comparação em 1996 da mesma diferença em 1991. A princípio, há um efeito de aumento relativo de 0.26 filhos por mulher em concubinato, mas não é significativo a 10% de nível de confiança. Não encontramos também efeito estatisticamente diferente de zero ao repetirmos tal exercício quebrando a amostra entre mulheres com menos (coluna 5) e mulheres com mais de 5 anos de união (coluna 7).

A estimativa para a dummy do grupo de tratamento (θ) mostra que, de forma não condicionada, concubinas desejam em média menos 0.8 filhos do que mulheres legalmente casadas. Já a dummy do ano da pesquisa (γ) indica uma queda do número de filhos desejados pelos dois grupos entre 1991 e 1996.

Simple diferenças de médias como as apresentadas nas colunas 1, 5 e 7 nem sempre são boas estimativas de um efeito de tratamento. Desbalanceamentos de certas características entre grupos de tratamento e comparação ou entre os anos de pesquisa podem mascarar as estimativas. Uma boa forma de contornar esse problema é adicionar características observáveis dos indivíduos como regressores na equação 1. As colunas 2, 3 e 4 apresentam estimativas após a introdução de uma série de controles. Incluímos variáveis indicando o nível socioeconômico do domicílio, características da mulher, sua história fértil, além de indicadores sobre quem deseja ter mais filhos no domicílio, (se a esposa, o marido, ou ambos desejam o mesmo número de filhos) e quem acompanhava a mulher quando ela foi entrevistada.

Uma vez introduzidos esses controles, o efeito médio da lei aumenta de magnitude (0,332, coluna 4), e passa a ser estatisticamente significativo a 5% (pvalor de 4,1%). Antes da lei do concubinato, uma mulher em união consensual desejava em média 0,66 (θ) filho a menos do que uma mulher legalmente casada, o que é consistente com a literatura segundo a qual os maiores riscos associados à coabitação levariam concubinas a terem menos filhos que mulheres casadas (Becker, 1981, Drewianka, 2006). Em 1996, seguindo a tendência brasileira de queda de fecundidade (Lazo, 1994; Berquó, 2005) mulheres legalmente casadas passaram a querer menos 0,24 (γ) filho em relação ao que desejavam em 1991, enquanto que concubinas aumentaram ligeiramente seu número ideal de filhos em

0,1 filho por mulher ($\gamma+\psi$). A diferença entre os dois grupos encurtou portanto, em $0,33(\psi)$ filho por mulher com a passagem da lei.

O efeito da lei está concentrado entre as mulheres com mais de 5 anos de união e com um filho. Entre elas, a lei foi responsável por um aumento de 0,47 filho por mulher (significante a 5%). O efeito não é estatisticamente significativo para mulheres com um filho e menos de 5 anos de relacionamento.

A magnitude do efeito é economicamente relevante. Tomando por base mulheres com mais de 5 anos de relacionamento, a lei reduziu a diferença média do número de filhos desejados por concubinas e casadas em 1996 à aproximadamente 40% do que era em 1991 ($\theta+\psi/\theta$). Caso não houvesse uma tendência de diminuição da fecundidade no Brasil, a lei seria responsável por um aumento de quase 20% na fecundidade desejada de mulheres em uniões consensuais.

Segundo a redação da lei do concubinato, a mulher só tem o direito à pensão caso comprove ter necessidade material e a aferição dessa necessidade é feita pelo juiz com base nas condições materiais do domicílio e no capital humano das mulheres requerentes (Gama, 2001; Azevedo, 2004). Esperamos, portanto, que caso a mulher tenha sido informada da aprovação da lei e tenha conseguido compreendê-la corretamente, o efeito seja mais acentuado quanto mais pobre for o domicílio e menos escolarizada for a mulher.

Na tabela 9, decompou o efeito da lei entre mulheres que vivem no campo e mulheres que vivem nas cidades, seguindo a especificação da equação 2. As estimativas são coerentes com os requerimentos da lei: O aumento do número de filhos desejado pelas concubinas está concentrado na área rural. Nas áreas urbanas, mulheres em concubinato desejavam 0,5 filho a menos do que mulheres casadas. Para elas a lei não teve impacto significativo. Já nas áreas rurais, essa diferença era de 1,59 filho por mulher (coluna 4) e após a passagem da lei, caiu para 0,6 filho por mulher. Mulheres em concubinato passaram a desejar um filho (coluna 4) a mais com a passagem da lei (estatisticamente significativa a 1%).

A magnitude e a significância do efeito pouco se alteram quando quebramos a amostra entre mulheres com menos e com mais de 5 anos de relacionamento. Entre as últimas, o efeito também foi de aproximadamente 1 filho por mulher (significante a 1%), reduzindo a diferença do número desejado de filhos entre casadas e concubinas a pouco menos de 20% do que era em 1991

Tabela 9
Estimativas de diferenças em diferenças para o número ideal de filhos reportado pelas mulheres
 Mínimos Quadrados ordinários

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
<i>Area rural ou urbana</i>								
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
φ: Região Rural	0.103 (0.810)	0.753** (0.025)	0.806** (0.024)	0.949*** (0.005)	0.623* (0.097)	0.975** (0.029)	-0.002 (0.998)	0.982** (0.016)
τ: Região Urbana	0.308* (0.051)	0.073 (0.649)	0.110 (0.501)	0.121 (0.467)	0.008 (0.968)	-0.166 (0.448)	0.364* (0.098)	0.234 (0.360)
<i>Outras dummies</i>								
φ:Concubina na área rural	-0.545 (0.151)	-1.179*** (0.000)	-1.071*** (0.000)	-1.159*** (0.000)	-0.682** (0.030)	-1.023*** (0.005)	-0.423 (0.379)	-1.204*** (0.000)
ρ:Concubina na área urbana	-0.914*** (0.000)	-0.728*** (0.000)	-0.500*** (0.000)	-0.501*** (0.000)	-0.299* (0.052)	-0.099 (0.585)	-0.946*** (0.000)	-0.717*** (0.002)
π1 : Ano*rural	-0.236* (0.059)	-0.160 (0.311)	-0.185 (0.246)	-0.204 (0.192)	-0.197 (0.144)	-0.360** (0.034)	-0.251* (0.073)	-0.190 (0.318)
π2 : Ano**urbana	-0.586*** (0.000)	-0.184* (0.053)	-0.283*** (0.002)	-0.268*** (0.004)	-0.335*** (0.003)	-0.192* (0.073)	-0.653*** (0.000)	-0.304** (0.010)
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Observações	4835	3385	3370	3322	855	757	3875	2486
R2 ajustado	0.035	0.044	0.084	0.092	0.043	0.102	0.027	0.077

Nota 1: Cada coluna da tabela apresenta uma estimação por mínimos quadrados ordinários da equação 2 considerando diferentes grupos de tratamento e comparação.

$$y_{it} = \kappa + \pi_1 * dAno_{it} * Rural_{it} + \pi_2 * dAno_{it} * Urbano_{it} + \phi * dTrat_{it} * Rural_{it} + \rho * dTrat_{it} * Urbano_{it} + \phi * dAno_{it} * dTrat_{it} * Rural_{it} + \tau * dAno_{it} * dTrat_{it} * Urbano_{it} + \mu * X_{it} + \xi_{it}$$

Nota 2: Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

Nota 3: Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos, a mulher deseja ter mais filhos que o marido. Controles sócio econômicos: Possui rádio, Possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade e idade ao quadrado. Controles de fecundidade: Filhos vivos, partos nos últimos 5 anos, conhece métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, está grávida durante a pesquisa. Controles de mercado de trabalho: trabalha ou não, trabalha dentro ou fora de casa. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, Presença de outro homem, presença de outra mulher, presença de crianças durante a entrevista.

(coluna 8). Já entre as concubinas com menos de 5 anos de relacionamento, o coeficiente estimado do efeito da lei permanece semelhante: 0,975 filho por mulher (significante a 5%). Para estas mulheres, após a lei, o número de filhos desejado passa a ser praticamente o mesmo de suas contrapartes casadas.

Esses efeitos não parecem ser fruto de uma recomposição dos grupos de tratamento e controle ou entre as áreas urbana e rural. A estimativa de diferenças em diferenças aumenta de magnitude ao adicionarmos paulatinamente as variáveis de controle. Caso o efeito encontrado estivesse sendo gerado por uma recomposição em variáveis observáveis dos grupos de tratamento e comparação sua magnitude deveria diminuir, e não o contrário.

Cabem aqui três qualificações sobre esses resultados. A primeira é que se o mecanismo por trás da concentração do efeito da lei na área rural é a exigência da comprovação de necessidade financeira da concubina separada, ao incluirmos variáveis socioeconômicas como controles na equação 2 o efeito na área rural passaria a ser o mesmo que na área urbana. Entretanto, a renda nas cidades pode ser maior devido a fatores não observados, como segmentação do mercado de trabalho ou transbordamentos (spillovers) de produtividade. Além disso, é pouco provável que estejamos captando toda a variação na renda potencial da mulher através desses controles, até porque a DHS não informa nada sobre renda do domicílio. A dummy de moradia na cidade ou no campo agiria, portanto, como uma Proxy para a renda potencial da mulher, que não é observável. Devemos também atentar para o fato de que o efeito sobre fecundidade maior na área rural pode simplesmente refletir o famoso trade-off entre a qualidade e a quantidade de crianças (Becker, 1981), e não os requerimentos necessários para se obter a pensão. Como o salário das mulheres nas cidades é maior do que no campo, o custo de oportunidade de cuidar de uma criança na cidade é maior do que na área rural. Desse modo, o número desejado de filhos no campo é maior. Devido ao menor custo de criação de uma criança na área rural, apenas as mães que moram no campo poderiam aceitar criar mais um filho.

O terceiro ponto a se ressaltar é que, apesar da tradição do Direito brasileiro em observar o binômio “necessidade do credor/ possibilidade do devedor” em questões relativas a pensões alimentícias (Calmon e Gama, 2000), a pobreza não desobriga o companheiro a pagar a pensão alimentícia. Caso um dos companheiros não tenha condições materiais de pagar os alimentos, a pensão não

é afixada, porém somente até o momento em que a condição financeira do cônjuge devedor melhore. A regra usual é estabelecer como valor mínimo da pensão um percentual do salário mínimo e o ex-marido que atrasa o pagamento da pensão por mais de três meses, a não ser por comprovada falta de meios para tal, fica sujeito à prisão (Gama,2001).

6.2. Cirurgia de esterilização

Uma forma de checar se as alterações da fecundidade desejada podem corresponder a uma mudança de fato da fecundidade das mulheres analisadas é acompanhar a conjugação entre a frequência sexual e uso de métodos anticoncepcionais das mulheres casadas e das concubinas. Os métodos mais usuais de anticoncepção no Nordeste são a pílula e a esterilização feminina.

Até novembro de 1997 (Brasil, 1997^a), a esterilização era ilegal e o médico responsável pela cirurgia corria o risco de ser punido por lesão corporal de acordo com o código penal de 1940. Apesar disso, aproximadamente 40% das mulheres unidas e em idade fértil no Nordeste estavam esterilizadas em 1996. A saída encontrada por médicos e políticos para satisfazer a alta demanda por esterilizações foi embutir os custos do procedimento nas cirurgias cesarianas, em muitos casos aproveitando-se de uma brecha no Código de Ética Médica que autorizava a realização dessa cirurgia caso gravidezes futuras pudessem trazer riscos de vida à mãe. O risco de rompimento uterino após dois ou três partos por cesarianas, por exemplo, poderia justificar a laqueadura durante o parto (Caetano e Potter, 2004; Berquó e Cavenaghi, 2003).

A tabela 10 apresenta as estimativas de diferenças em diferenças obtidas através de um modelo de probabilidade linear onde a variável dependente vale 1 se a mulher tiver sido esterilizada e zero caso contrário. Entre 1991 e 1996, a probabilidade de se encontrar uma concubina esterilizada diminuiu por volta de 13 pontos percentuais em relação a uma mulher casada. Se levarmos em conta que a média de esterilização gira em volta de 40%, esse número implica uma queda de pouco mais de 25% na probabilidade de se esterilizar.

Tabela 10

Estimativas de diferenças em diferenças para a probabilidade de ter realizado cirurgia de esterilização

Modelo de probabilidade linear

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
<i>Probabilidade de Esterilização</i>								
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
ψ : Efeito médio : (dAno * dTrat)	-0.059 (0.229)	-0.166*** (0.000)	-0.126*** (0.000)	-0.129*** (0.000)	0.060 (0.159)	-0.018 (0.633)	-0.052 (0.417)	-0.080** (0.041)
<i>Outras dummies</i>								
θ : Concubinas: (dTrat)	-0.120*** (0.002)	-0.007** (0.043)	0.024** (0.030)	0.042*** (0.003)	-0.039* (0.084)	0.007 (0.609)	-0.058 (0.270)	0.034* (0.059)
γ : Ano: (dAno)	0.086*** (0.000)	0.492*** (0.000)	0.430*** (0.000)	0.422*** (0.000)	0.021 (0.461)	0.081*** (0.000)	0.088*** (0.000)	0.507*** (0.000)
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Observações	4908	3385	3299	3225	859	745	3939	2480
R2 ajustado	0.014	0.328	0.430	0.442	0.011	0.206	0.008	0.466

Nota 1: Cada coluna representa uma estimação da equação 1 através de um modelo de probabilidade linear considerando diferentes grupos de tratamento e comparação.

$$y_{it} = \alpha + \gamma * dAno_{it} + \theta * dTrat_{it} + \psi * dAno_{it} * dTrat_{it} + \beta * X_{it} + \epsilon_{it}$$

Nota 2: Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

Nota 3: Controles de desejo são: Número desejado de filhos pela mulher, marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos. Controles sócio-econômicos : Possui rádio, possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade, idade ao quadrado, idade agrupada em 5 em 5 anos, e tempo de moradia na residência atual. Controles de fecundidade: Número de crianças nascidas vivas, partos nos últimos 5 anos, conhecimento de métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, idade no primeiro parto, idade no primeiro casamento, tem dois filhos ou mais, tem três filhos ou mais, quatro filhos ou mais, 5 filhos ou mais, estav grávida durante a entrevista. Controles de trabalho: Trabalha, trabalha em casa, recebe salário por seu trabalho. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, presença de outros homens, presença de outras mulheres e presença de outras crianças no momento da entrevista.

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1991 e 1996

A tabela 11 mostra a decomposição do efeito sobre a esterilização pelo número de filhos e pela área rural e urbana. Segundo Caetano e Potter (2004) e Berquó e Cavenaghi (2003), raramente se esterilizava uma mulher com menos de dois filhos. Para uma mulher sem nenhum filho a esterilização era feita pela amarração das trompas, mas ficava registrada como salpingectomia, que consiste no corte das mesmas (Berquó e Cavenaghi, 2003). A tabela 11 mostra que a diminuição da probabilidade de esterilização na área rural se dá no segundo parto. Tanto para as mulheres com menos, quanto para aquelas com exatamente dois filhos, a queda da probabilidade de esterilização gira em torno de 30 pontos percentuais (significante a 1%) na área rural. Isso indica que para elas a lei afeta a decisão de ter o terceiro filho. Para as mulheres com menos de 5 anos de união, esse padrão se repete, mas com menor magnitude. Para estas, a queda é de 9% quando têm menos de dois filhos e de 14% quando têm exatamente dois. Já na área urbana, a queda está concentrada entre as mulheres que possuem menos de dois filhos

Tabela 11

Estimativas de diferenças em diferenças para a probabilidade de ter realizado cirurgia de esterilização

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
	Panel A- Mulher possui mais ou menos do que 2 filhos							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças (decomposição do efeito)</i>								
Mulher tem menos de dois filhos	-0.033 (0.241)	-0.443*** (0.000)	-0.369*** (0.000)	-0.365*** (0.000)	0.023 (0.533)	-0.043 (0.198)	0.013 (0.829)	-0.389*** (0.000)
Mulher tem dois filhos ou mais	-0.029 (0.626)	-0.063* (0.084)	-0.037 (0.304)	-0.039 (0.291)	0.106 (0.113)	0.013 (0.821)	-0.023 (0.728)	-0.045 (0.297)
<i>Número de observações</i>	4836	3337	3251	3225	850	745	3876	2480
<i>R- Squared</i>	0.031	0.346	0.436	0.446	0.023	0.199	0.014	0.467
Panel B : Menos de dois filhos, dois filhos, mais de dois filhos X Região rural ou urbana								
<i>Estimativas de diferenças em diferenças (decomposição do efeito)</i>								
Mulher vive na área rural e tem menos de dois filhos	-0.037 (0.481)	-0.449*** (0.000)	-0.340*** (0.000)	-0.304*** (0.000)	-0.021 (0.464)	-0.093** (0.034)	0.000 (.)	0.000 (.)
Mulher vive na área rural e tem exatamente dois filhos	-0.169 (0.276)	-0.330*** (0.000)	-0.316*** (0.000)	-0.314*** (0.000)	0.028 (0.574)	-0.140*** (0.001)	-0.304 (0.208)	-0.239** (0.026)
Mulher vive na área rural e tem três filhos ou mais	0.012 (0.911)	-0.067 (0.286)	-0.017 (0.781)	-0.009 (0.882)	0.031 (0.866)	0.002 (0.991)	0.004 (0.974)	-0.057 (0.374)
Mulher vive na área urbana e tem menos de dois filhos	-0.034 (0.242)	-0.443*** (0.000)	-0.373*** (0.000)	-0.372*** (0.000)	0.033 (0.425)	-0.031 (0.384)	-0.015 (0.796)	-0.433*** (0.000)
Mulher vive na área urbana e tem exatamente dois filhos	0.103 (0.331)	-0.036 (0.573)	-0.020 (0.744)	-0.022 (0.740)	0.209** (0.020)	0.149 (0.100)	0.082 (0.587)	-0.007 (0.930)
Mulher vive na área urbana e tem três filhos ou mais	-0.056 (0.527)	0.025 (0.689)	0.023 (0.709)	0.024 (0.708)	0.013 (0.960)	-0.028 (0.822)	-0.039 (0.678)	-0.023 (0.728)
<i>Number of observations</i>	3299	3385	3299	3225	761	745	2538	2480
<i>R- Squared</i>	0.438	0.350	0.438	0.449	0.187	0.226	0.457	0.469
<i>Controles</i>								
Desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sócio -Econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Mercado de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Nota1: Cada coluna do painel A representa uma estimação da equação 3 através de um modelo de probabilidade linear considerando diferentes grupos de tratamento e comparação.

$$y_{it} = \kappa + \pi_1 * dAno_{it} * MenosDois_{it} + \pi_2 * dAno_{it} * MaisDois_{it} + \phi * dTrat_{it} * MenosDois_{it} + \rho * dTrat_{it} * MaisDois_{it} + \varphi * dAno_{it} * dTrat_{it} * MenosDois_{it} + \tau * dAno_{it} * dTrat_{it} * MaisDois_{it} + \mu * X_{it} + \xi_{it}$$

A variável MenosDois vale 1 se a mulher não tem ou tem apenas um filho e zero caso contrário, enquanto a variável MaisDois vale 1 se a mulher tem dois filhos ou mais, e zero caso contrário. No painel B, interajo o número de filhos com a região de moradia da mulher. Cada célula apresenta as estimativas de diferenças em diferenças obtidas na estimação da equação 4, reproduzida abaixo, através de um modelo de probabilidade linear

$$y_{it} = \hat{\rho} + \delta * dAno_{it} + \theta * dTrat_{it} * MenosDois_{it} * Rural_{it} + \lambda * dTrat_{it} * MenosDois_{it} * Urbano_{it} + \Theta * dTrat_{it} * Dois_{it} * Rural_{it} + \vartheta * dTrat_{it} * Dois_{it} * Urbano_{it} + \hat{\sigma} * dTrat_{it} * Tres_{it} * Rural_{it} + \zeta * dTrat_{it} * Tres_{it} * Urbano_{it} + \omega * dAno_{it} * dTrat_{it} * MenosDois_{it} * Rural_{it} + \Phi * dAno_{it} * dTrat_{it} * MenosDois_{it} * Urbano_{it} + \Xi * dAno_{it} * dTrat_{it} * Dois_{it} * Rural_{it} + \sigma * dAno_{it} * dTrat_{it} * Dois_{it} * Urbano_{it} + \Gamma * dAno_{it} * dTrat_{it} * Tres_{it} * Rural_{it} + \Omega * dAno_{it} * dTrat_{it} * Tres_{it} * Urbano_{it} + A * X_{it} + v_{it}$$

Nota 2: Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

Nota 3: Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos. Controles sócio-econômicos : Possui rádio, possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade, idade ao quadrado, idade agrupada em 5 em 5 anos, e tempo de moradia na residência atual. Controles de fecundidade: Número de crianças nascidas vivas, partos nos últimos 5 anos, conhecimento de métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, idade no primeiro parto, idade no primeiro casamento, estava grávida durante a entrevista. Controles de trabalho: Trabalha, trabalha em casa, recebe salário por seu trabalho,. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, presença de outros homens, presença de outras mulheres e presença de outras crianças no momento da entrevista.

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 1991 e 1996